

Livros

# América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI - da luta armada como política (o caso EZLN)\*

de José Rubens Mascarenhas de Almeida

## **Ecos de Chiapas na América Latina**

por Deni Ireneu Alfaro Rubbo\*\*

Ángel Rama em seu texto “*Nossa América*” argumentava que por mais que a América Latina tivesse sido dividida, fragmentada e isolada por décadas era admirável observar que atrás de suas cercas havia homens que lutavam num mesmo sentido e que por mais que o quebra-cabeça das nacionalidades implicasse em particularidades não impediu o desenvolvimento de processos similares entre as nações.

Plenamente a favor dessa tendência que podemos qualificar, sem maiores problemas, de cada vez mais *rarefeitos*, em decorrência da profissionalização e da especialização das ciências sociais, José Rubens de Almeida faz uma discussão cuidadosa acerca dos entroncamentos sociais, econômicos e políticos que o continente latino-americano contemporâneo vivencia, inserido no processo de reprodução do padrão de acumulação capitalista mundial. Analisa, o ressurgimento intempestivo das lutas sociais – notadamente aquelas protagonizadas pelas forças sociais camponesas – aprofundando sua pesquisa no tocante à especificidade da *luta armada* através do conhecido Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que completou, em 2010, exatos 26 anos de existência e 16 anos de insurgência.

---

\* Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010, 220p.

\*\* Mestrando em Sociologia pela FFLCH-USP e bolsista CAPES. End. eletrônico: deni\_out27@uol.com.br

Chiapas, na língua tapetchia, significa Serra da Batalha. Distante dos centros decisórios políticos e das páldas conquistas da revolução mexicana, a última região do país, atravessada pelo universo cultural maia, não passou incólume ao processo de entrada de capital no campo, fazendo com que não só se ampliasse a concentração de terra, mas levando também à destruição de inúmeros bosques e fontes de água. Conforme a narração de Almeida, nas últimas duas décadas o que não faltou foi *capitalismo* no México, seguindo cada palavra e cada linha estipulada pelo Consenso de Washington, onde o Estado nacional, ao contrário dos constantes discursos de que ele seria um empecilho à economia global – o mito do fim do Estado-nação – afirmou-se categoricamente como “assegurador das condições necessárias à reprodução das estruturas capitalistas de produção” (p.68). Evidentemente esse processo de intensa colaboração e subordinação ao capital internacional, entrou em colapso total em 1994, não propriamente pela fragilidade da estrutura institucional supostamente “atrasada” ou pela incapacidade de “adaptação” às novas regras do jogo, conforme a hipótese de Fukuyama, mas, ao revés, pelo seu incontornável *excesso de capitalismo*, isto é, foi justamente a eficácia dos valores e das instituições modernas que propiciaram a *catástrofe* econômica e naturalmente o agravamento societário do país. Aliás, por mais que não esteja suficientemente claro nas ponderações do autor que o problema gire exatamente pelo excesso de capitalismo como problema geral no continente latino-americano, há pistas que insinuam levemente essa assertiva. Almeida cita o historiador chileno-brasileiro Hector Bruit, o qual assinala que o caráter singular do continente latino-americano quebrava o tempo cronológico e recortes espaciais de sua formação social, “vivendo o tempo da conquista sem deixar de viver a modernidade” (p.185). Ou seja, uma das possíveis chaves explicativas de nossas dramáticas contradições sociais residiria justamente na identificação do *progresso como catástrofe*.

A segunda parte do livro é dedicada à resistência das camadas plebeias latino-americanas, na qual se destacam as bases sociais camponesas por serem forças sociais capazes de anunciar projetos para a sociedade e demandas bem definidas, ao contrário das interpretações feitas, notadamente, pelos partidos comunistas que colocavam o camponês como passivo no *lôcus* político. Isso fica claro quando o autor diferencia e, principalmente, critica os autores que se assentaram na indistinção entre o camponês tradicional e o camponês latino-americano chegando obviamente a conclusões precipitadas, como, por exemplo, no conhecido *adeus ao camponês latino-americano* anunciado pelo renomado historiador Eric Hobsbawm. As lutas camponesas e o camponês latino-americano devem ser entendidos como expressão do *contemporâneo* e da *contemporaneidade* e não como categoria do passado, deve ser entendido na singularidade de nosso *caráter indo-americano*, como bem disse Mariátegui, de relações sociais emanadas no seio de uma comunidade na qual o perfil étnico e histórico está razoavelmente definido na origem indígena e coletiva.

Como se sabe, muitas das lutas explosivas em nosso continente foram manifestadas e traduzidas através da luta armada, o que será enfatizado pelo autor, que nem por isso incorre na hipótese segundo a qual a resistência política dos representantes mais empobrecidos da América Latina se dá apenas no campo da *luta armada*, o que seria, em todo caso, uma generalização gravíssima, em razão da multiplicidade de formas concretas de sublevação e de resistência que marcam os diversos grupos sociais do campo nas duas últimas décadas. Todavia, diferentemente da *forma* de luta armada disseminada após o massacre estudantil de Tlatelolco, em 1968, – e aqui, atenção, reside a originalidade e a hipótese central do livro de Almeida – cujas características eram a tática de assaltos a bancos e de sequestros, o caráter *peculiar* da *situação concreta* do EZLN, é um processo de *militarização* fortíssima do Estado de Chiapas e um processo de paramilitarização da contra insurgência, o que acarreta sufocamento, desgaste e tensão permanente na vida cotidiana dos rebeldes, sendo a utilização de armas uma necessidade para sua proteção e sobrevivência.

No tocante à sua matriz discursiva *ideológica* – tema da terceira parte do livro – o EZLN foi capaz de reordenar os enunciados a partir de uma construção contra-hegemônica – no sentido gramsciano do termo – complexa e multifacetada, que abarca amplos segmentos sociais, embora fortemente caracterizada por uma “resistência difusa”, típica de seu elemento primordialmente indígena. Conforme argumenta o autor, a construção metafórico-literária assentada na cosmovisão maia, o qual lhe permite, diga-se de passagem, um caráter *humanista* radicalmente crítico das relações sociais reificadas, em nada prejudicou a incorporação de elementos modernos, como o próprio pensamento marxista, por imprimir uma visão de mundo que reclama um nacionalismo crítico, isto é, aquilo que precisamente Lênin dizia em relação a romper os limites e as contradições das nações burguesas e um espaço de luta social internacional, que aglutine um número de forças sociais e políticas capazes de lutarem e resistirem contra a penetração do capital em todas as esferas materiais e simbólicas da vida social.

Embora tenha trabalhado a dimensão imaginária das lutas camponesas e da história do campesinato, o autor poderia – como estímulo de quem aprecia o debate – não abordá-lo tão *periféricamente*, uma vez que em se tratando dos (neo)zapatistas, isso lhe fornece um lugar privilegiado nesse campo (o exemplo do *velho Antônio* é bastante elucidativo nesse caso).

Poucos são os intelectuais brasileiros que são latino-americanos e certamente José Rubens já ocupa esse espaço. Ainda que seja um espaço pequeno e tímido, ele é largamente crítico e contundente para, quem sabe, estimular o debate entre a particularidade e a singularidade do caráter periférico latino-americano e das lutas sociais contemporâneas, provando de uma vez por todas a fragilidade dos enunciados neoliberais que se mostram claramente esgotados, considerando que a história está, mais do que nunca, viva, *aberta* e imprevisível.